



Perigo do Movimento Antivacina: Dimensões e consequências na realidade brasileira

Kewlem Fabiana dos Anjos Moraes¹; Veronica Jocasta Cassaroto²

INTRODUÇÃO

A imunização certamente é um dos métodos mais seguros e eficazes para prevenir doenças e atenuar a disseminação daquelas já existentes no território brasileiro. Diversas leis e programas foram adotados pelo governo para tornar as vacinas acessíveis a todos e, por conseguinte, mitigar os efeitos prejudiciais causados por patógenos. A vacinação e sua efetividade, no entanto, são questionadas por uma parcela da população devido a variados fatores. Nesta perspectiva, este estudo, elaborado mediante o uso de sete artigos, publicados entre os anos de 2015 e 2021, provenientes das plataformas SciELO e PUBMED, teve como objetivo evidenciar e discutir o conjunto de razões para que o movimento antivacina tenha se tornado uma realidade comum entre brasileiros e as consequências de sua instalação para a sociedade.

METODOLOGIA

Para a realização desta mini revisão, foram utilizados sete artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, entre os anos de 2015 a 2021. A coleta de dados ocorreu em 2021, nos bancos de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online) e do PUBMED (National Library of Medicine and National Institutes of Health). Os descritores utilizados na busca textual foram: antivacina, hesitação vacinal e movimento antivacina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, no Brasil, a falta de informações e suas divulgações de forma não efetiva colaboram para o reaparecimento de doenças infecciosas, como o sarampo e a coqueluche. Campanhas publicitárias, disseminadas em mídias sociais ou mesmo revestidas de evidências supostamente “científicas”, contribuem para o ressurgimento de doenças outrora erradicadas em grande parte do mundo (APS et al., 2018). Percebe-se, nos últimos anos, uma ascensão do movimento antivacina no cenário global, sucedendo em casos de surtos, como os de caxumba nos Estados Unidos e na Mongólia, em 2011, e



os de rubéola, em 2013, no Japão. No Brasil, a crescente adesão a esse movimento resultou na reincidência e surtos de doenças controladas pelas campanhas de vacinação, como a varíola (BROWN et al., 2018; COUTO; BARBIERI, 2015). As evidências apontam diversos fatores como desencadeantes no aparecimento desse fenômeno, tais como o medo dos efeitos deletérios, o baixo nível de escolaridade e renda e o descaso da divulgação sobre o ato de se vacinar (MIZUTA et al., 2019; APS et al., 2018; COUTO; BARBIERI, 2015).

No que diz respeito ao fator de descaso e seu referente efeito sobre a mentalidade da população, como observado em Aps et al., 2018, e em Barbieri; Couto; Aith, 2017, ao se analisar os resultados presentes no respectivo estudo, percebe-se que os pais que vacinaram seus filhos demonstram desconhecimento sobre a lei que obriga o ato, e afirmam que sua ação é resultado maior de uma tradição e de um costume familiar e cultural da vacina. Já os pais que não os vacinaram, são aqueles mais cientes sobre as leis do país sobre obrigatoriedade da vacinação, mas não o fazem por crenças pessoais. Na maior parte dos casos, a opção pela não vacinação foi tomada pela esposa e seguida pelo marido. 123 RESU – Revista Educação em Saúde: V7, suplemento 1, 2019 Desta maneira, a decisão do indivíduo de não vacinar seu filho e a si mesmo não traz perigo somente a eles, mas para as pessoas em seu convívio. Tal fato contribui para a redução da imunização populacional em geral e também para o aumento da possibilidade de surtos ou bolsões de infecção. Este decréscimo fica comprovado na reportagem da Folha de São Paulo no dia 19 de junho de 2018, denominada: “Vacinação de crianças no país atinge índice mais baixo em 16 anos”, utilizando dados coletados do PNI. Entre as doenças com cobertura vacinal abaixo do esperado, estão a poliomielite, o sarampo, a caxumba, a rubéola, a difteria, a varicela, o rotavírus e a meningite. A notícia demonstra, por conseguinte, o crescimento e fortalecimento do movimento antivacina nos últimos anos.

No que diz respeito ao fator de descaso e seu referente efeito sobre a mentalidade da população, como observado em Aps et al., 2018, e em Barbieri; Couto; Aith, 2017, ao se analisar os resultados presentes no respectivo estudo, percebe-se que os pais que vacinaram seus filhos demonstram desconhecimento sobre a lei que obriga o ato, e afirmam que sua ação é resultado maior de uma tradição e de um costume familiar e cultural da vacina. Já os pais que não os vacinaram, são aqueles mais cientes sobre as leis



do país sobre obrigatoriedade da vacinação, mas não o fazem por crenças pessoais. Na maior parte dos casos, a opção pela não vacinação foi tomada pela esposa e seguida pelo marido. 123 RESU – Revista Educação em Saúde: V7, suplemento 1,2019 Desta maneira, a decisão do indivíduo de não vacinar seu filho e a si mesmo não traz perigo somente a eles, mas para as pessoas em seu convívio. Tal fato contribui para a redução da imunização populacional em geral e também para o aumento da possibilidade de surtos ou bolsões de infecção. Este decréscimo fica comprovado na reportagem da Folha de São Paulo no dia 19 de junho de 2018, denominada: “Vacinação de crianças no país atinge índice mais baixo em 16 anos”, utilizando dados coletados do PNI. Entre as doenças com cobertura vacinal abaixo do esperado, estão a poliomielite, o sarampo, a caxumba, a rubéola, a difteria, a varicela, o rotavírus e a meningite. A notícia demonstra, por conseguinte, o crescimento e fortalecimento do movimento antivacina nos últimos anos.

O grupo com menor faixa de renda familiar foi o que exibiu menor índice de aceitação para vacinar. Já aquele com a maior faixa (= ou + 10 salários mínimos/ mês), foi o que apresentou maior índice de aceitação de vacina. Entre a classe alta, os argumentos mais utilizados para a hesitação vacinal foram: “a doença que a vacina previne não é grave ou é de fácil tratamento”; “a doença não é 124 RESU – Revista Educação em Saúde: V7, suplemento 1,2019 frequente ou já foi eliminada”; “a vacina não é eficaz”; “a imunidade adquirida pela doença é melhor que a pela vacina”, “a qual induz uma imunidade temporária”; e “a abordagem da medicina não tradicional, como a homeopatia, possui mais confiança” (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017; COUTO; BARBIERI, 2015). Já no que diz respeito ao nível de escolaridade, o grupo de pais com maiores níveis de instrução foi o que teve maiores índices de aceitação vacinal. Além disso, foi observado que, conforme tais níveis abaixavam, o índice de aceitação vacinal também se atenuava de maneira proporcional (BROWN, 2018).

CONCLUSÕES

Este estudo demonstra diferentes análises sobre a não vacinação, as causas que tornam esta prática crescente e as consequências trazidas por ela aos indivíduos que a adotam. Neste contexto, os resultados desta pesquisa conferem que os principais fatores a serem considerados para a motivação da não vacinação são as crenças pessoais de que



a vacina pode promover a doença e pode não funcionar, além do medo dos efeitos deletérios que podem ser causados no organismo. Também há a hesitação de se vacinar nas classes de baixa e alta renda, sendo que os principais argumentos do segundo grupo são que as doenças prevenidas pela vacina são de fácil tratamento e não são frequentes, bem como o fato de a vacina não se mostrar eficaz e a medicina não tradicional ter melhor efeito ao corpo do que a própria vacina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APS, L. R. DE M. M., et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, p. 40-52, 2018.

BARBIERI, C. L. A.; COUTO, M. T.; AITH, F. M. A. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 2, p. 1-11, 2017.

BEZERRA, A. C. M. Utilização de círculos de cultura sobre vacinas para promoção da educação em saúde dos adolescentes. 2018.

BROWN, A. L. et al. Vaccine confidence and hesitancy in Brazil. *Cadernos de saúde pública*, v. 34, n. 9, p. 1-12, 2018.

COUTO, M. T.; BARBIERI, C. L. A. Cuidar e (não) vacinar no contexto de famílias de alta renda e escolaridade em São Paulo, SP, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 1, p. 105-114, 2015.

DE CARVALHO, F. L. O. et al. Implantação do sistema de informação do programa nacional de imunizações (SI-PNI). *Revista de Saúde ReAGES*, v. 1, n. 2, p. 53-65, 2018.

MALAGUTTI, W. *Imunização, imunologia e vacinas*. Editora Rubio, 2011.

MIZUTA, A. H. et al. Percepções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal numa escola de medicina. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 37, n. 1, p. 34-40, 2019.